

Bancada governista faz críticas

Poderia ser uma reunião do PT ou qualquer outro partido de oposição: o congelamento de preços foi criticado e a unificação das datas-base considerada "um desastre". O Ministério da Economia foi chamado de "Superministério", responsável por um "governo paralelo", enquanto a equipe econômica, por sua vez, recebia qualificações do quilate de "dona da verdade". Surpreendentemente, essas frases foram ditas durante um encontro da principal bancada de apoio ao governo na Câmara, o PFL, que acabou concluindo que terá de resignar-se a aprovar o novo plano econômico para não levar a culpa de um eventual recrudescimento

da inflação — mas não economizou críticas.

O tom da reunião começou com o próprio líder da bancada, Ricardo Fiúza, que não escondeu sua contrariedade com alguns pontos do plano, como o congelamento, e chegou a relatar seu diálogo com o presidente Collor, a quem manifestou esta opinião e de quem ouviu a afirmação de que, hoje, "o congelamento é um mal necessário, mas não deve durar muito". Foi Fiúza o autor da afirmação de que a concordância das datas-base "é um desastre". Também coube ao líder iniciar o rosário de queixas sobre a

O ex-governador de Pernambuco, deputado Roberto Magalhães,

bateu forte na equipe econômica, lembrando episódios como o da revogação da MP 293, aprovada na véspera.

Os partidos de oposição e, principalmente, os que compõem o bloco parlamentar governista, concentraram suas emendas para alterações ao Plano Collor II em três pontos: supressão ou redução do Imposto de Renda previsto para o salário devedor da casa própria, manutenção da equivalência entre os reajustes dos financiamentos de custeio e dos preços dos produtos agrícolas e isonomia de tratamento na política salarial para os servidores públicos civis e militares.